
**O PACÍFICO E O ATLÂNTICO
BREVES REFLEXÕES GEOPOLÍTICAS**

Virgílio de Carvalho

O PACÍFICO E O ATLÂNTICO BREVES REFLEXÕES GEOPOLÍTICAS

O fulgurante desenvolvimento económico e tecnológico do Japão e dos chamados Novos Países Industrializados da Ásia, as potencialidades de grandes países como a China, a Indonésia e a Austrália, a circunstância especial de ambas as superpotências serem também ribeirinhas do Pacífico, e o facto de o comércio entre os EUA e os países asiáticos ser já superior ao que os americanos mantêm com a Europa Ocidental, têm levado muita gente a interrogar-se sobre se a grande nação norte-americana não tenderá a pender mais para o Pacífico do que para o Atlântico. Esta questão está preocupando aliados europeus dos EUA e a dar lugar a algumas movimentações de opinião que parecem considerar a consecução de progressiva autonomia da Europa Ocidental relativamente ao seu poderoso aliado, a qual, segundo sectores mais radicais, poderá ir até à assunção de posicionamento equidistante às duas superpotências.

BREVE INTRODUÇÃO GEOPOLÍTICA

Uma abordagem inevitável para uma questão como a referida, mesmo que os dados não estivessem ainda tão imprecisos como realmente estão, seria sempre a geopolítica. Sendo assim, convirá recordar que o alemão Haushoffer já falava em 1924 do advento da era do Pacífico a seguir à do Atlântico, do Mediterrâneo senil e da diminuta Europa, e que o norte-americano Spykman afirmava há uns quarenta anos atrás que «as relações entre a América do Norte e as costas atlântica e pacífica do Continente Euro-Asiático serão as determinantes da política mundial».

Geopoliticamente, interessa salientar quanto ao oceano Pacífico que ele ocupa uma área aproximadamente igual à soma das áreas dos outros oceanos; quatro das maiores potências mundiais são suas ribeirinhas (EUA,

URSS, Japão e China); nos seus fundos marinhos estão as maiores existências conhecidas de nódulos polimetálicos; há grandes produtores e consideráveis reservas de hidrocarbonetos e de carvão na área (URSS, EUA, México, China, Indonésia); os seus pontos nevrálgicos da navegação mais importantes são os estreitos da região do Sueste Asiático (Malaca e Sunda), de Tushima e de Bering, o canal do Panamá, e as passagens a sul do Chile e da Argentina. O canal do Panamá tem enorme valor estratégico para a superpotência EUA que precisa de movimentar à vontade o seu poder naval entre o Atlântico e o Pacífico, uma das razões por que se poderá compreender a sua extrema sensibilidade à situação política na América Central e nas Caraíbas, e às suspeitas de envolvimento ideológico e militar de Cuba e da URSS na região.

Os estreitos de Malaca, de Tushima (entre o Japão e a Coreia do Sul), bem como os da Formosa, situam-se sobre a concorrida rota costeira que liga o Índico ao Pacífico, de que o Japão, China e URSS são os principais utilizadores. Para a URSS, essa rota marítima é inclusivamente uma alternativa aos caminhos de ferro trans-siberianos que ainda não satisfazem inteiramente as necessidades de transporte entre o Ocidente e o Oriente do país. Quanto ao estreito de Bering, ele faz a ligação entre o Pacífico e o Ártico, e embora não seja praticável todo o ano por navios de superfície, por causa dos gelos, é-o contudo, sempre, para submarinos nucleares em imersão.

*

* *

Do ponto de vista geopolítico, é inevitável encarar a questão em análise pelo prisma da tensão Leste-Oeste, ou seja, do mundo bipolarizado entre as duas superpotências. É sabido que os EUA, no papel da clássica Potência Marítima, pretendem evitar a hegemonia total do Continente Euro-Asiático por um único poder (a Potência Continental), procuram opôr-se a que esta potência expanda a sua área de influência na direcção dos oceanos, e visam manter o controlo naval destes. A URSS, no papel da clássica Potência Continental, procurará opôr-se à contenção perpetrada pelo seu antagonista e, finalmente, contrariar o acesso desimpedido dos países marítimos às fontes externas de abaste-

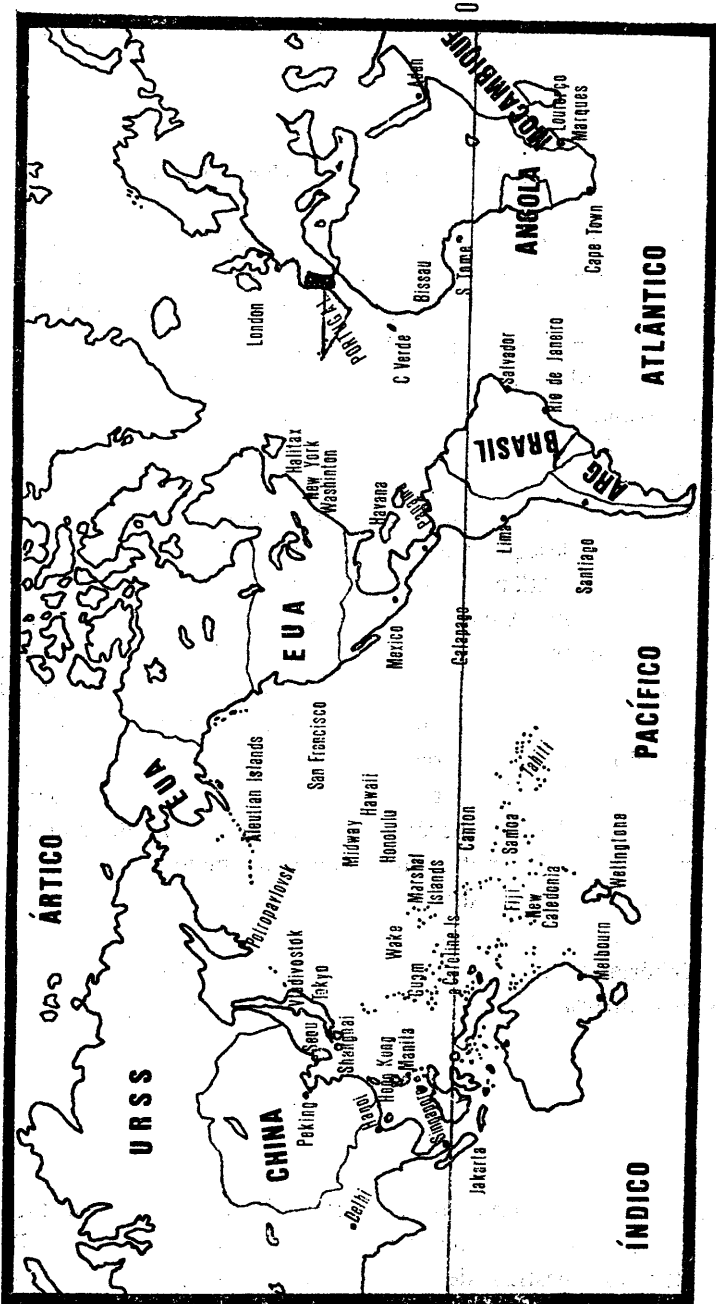


Figura 1

cimento de produtos energéticos e de minerais de que carecem vitalmente.

A IMPORTÂNCIA DECISIVA DA EUROPA OCIDENTAL

A ocupação da Europa do Leste no final da guerra de 1939-45 pelas tropas soviéticas deixou a restante Europa, a Ocidental, sem potencial estratégico suficiente para se opor isoladamente à eventual progressão do domínio ou da influência da URSS para Oeste. A criação da Aliança Atlântica, procurando integrar potenciais estratégicos da Europa Ocidental e da América do Norte, foi a solução posta em prática para evitar que a URSS, estendendo a sua hegemonia a toda a Europa, pudesse então passar com facilidade ao Médio Oriente e à África, e colocar sob o seu controlo suficiente potencial estratégico, a chamada Ilha Mundial, para desequilibrar geopoliticamente o mundo a seu favor. Daí que: a Aliança Atlântica seja igualmente indispensável à América do Norte e à Europa Ocidental; a disputa de influência na Europa Ocidental pelas superpotências possa ser considerada como a questão decisiva da política mundial no presente; e que, por isso, regiões como o Sudoeste Asiático (Golfo e Península Arábica, principalmente) e África Austral, que são produtoras, respectivamente, de hidrocarbonetos e de minerais estratégicos de que a Europa carece vitalmente para o seu abastecimento e liberdade de acção, sejam também alvo de grande disputa pelas superpotências. De notar que, havendo maiores possibilidades de diversificação de fontes de abastecimento de hidrocarbonetos do que de minerais, e coexistindo mais de 90 por cento das reservas de muitos destes na Sibéria e na África Austral, esta região tende a ser mais sensível para a liberdade de acção da Europa Ocidental que a do Sudoeste Asiático.

A URSS NO PACÍFICO

A URSS está a aumentar consideravelmente a sua influência na área do Pacífico, ao fazer da região entre Vladivostok e a Península de Kamchatka um bastião de força militar que possibilita a projecção

de poder para exercício de presença em toda a bacia, e ao usar o semifechado mar de Okhotsk para importante santuário de submarinos lança-mísseis balísticos. A utilização de bases aeronavais no Vietname, como Danang e Cahm Rahn, facilita a circulação de poder naval e aéreo soviético em toda a sensível área que compreende os mares do Japão e da China e a região do estreito de Malaca. Esta circulação permite à URSS manter uma pressão psicológica sobre países periféricos asiáticos, inclusive os insulares, que fazem parte da cintura de contenção liderada pela Potência Marítima, e exercer algum controlo ao longo da rota marítima que estabelece a supracitada ligação entre os portos soviéticos do mar Negro e do oceano Pacífico. A possibilidade de projecção de poder militar da URSS para o Pacífico pode contribuir também para aumentar a sua capacidade de exploração das vulnerabilidades político-sociais existentes numa América Central onde se localiza um canal do Panamá que é importante elemento do potencial estratégico dos EUA, uma região que está sendo ponto de discórdia entre Washington e seus aliados europeus. Estes, tendendo a preservar, ou mesmo a aumentar, a sua influência histórica no continente Americano, têm sentido necessidade de assumir algumas atitudes que são susceptíveis de abalar a coesão euro-americana que é a essência da Aliança Atlântica e do equilíbrio geopolítico mundial.

OS EUA E O PACÍFICO

Como se aludiu, os EUA, no seu papel de Potência Marítima, tenderão a procurar conter a expansão da influência da URSS no Pacífico, esforçando-se por manter no campo ocidental países periféricos peninsulares e insulares do continente Asiático, nomeadamente Japão, Coreia do Sul, Formosa e Estados da região do estreito de Malaca, e também por contrariar pretensões de superioridade aeronaval soviética na bacia. De notar, nestes domínios, a aliança que os EUA procuram manter com países «mais europeus» da região, a Austrália e a Nova Zelândia — designada por ANZUS — a qual sofreu recentemente o impacto negativo da recusa do Governo neo-zelandês em autorizar a frequência dos portos do seu país por navios de guerra norte-americanos que não declarem não ser portadores de armas nucleares. Significativo é também o com-

promisso assumido pelo Governo do Japão de desenvolver o seu poder naval e aéreo por forma a poder tratar da defesa das comunicações marítimas num raio de mil milhas à sua volta, para aliviar o esforço de presença aeronaval na região de uns EUA que têm de atender a vários oceanos ao mesmo tempo.

O JAPÃO E O OCIDENTE

As escolas de pensamento geopolítico que parecem de momento predominantes no Japão entendem ser o alinhamento do país com o Ocidente Marítimo o mais correcto. E isto provavelmente porque os EUA serão ali percebidos como a potência mais interessada em: manter a estabilidade mundial e regional que convém à projecção do poder económico e da influência do Japão; preservar a liberdade dos mares por onde têm de circular as importações de petróleo e de minerais, e as exportações de produtos japoneses; manter no mesmo campo ocidental os países periféricos e insulares asiáticos que sempre interessaram à própria segurança do país; e apoiar as suas reivindicações quanto à posse das ilhas Kurilas ocupadas pela URSS.

A NOVA CHINA

A China, um actor de primeira grandeza na cena mundial, sente-se alvo de contenção pela URSS a Norte e a Sul, neste caso através dum Vietname que, por sua vez, sempre manifestou reacear alegadas tendências expansionistas chinesas na direcção da Indochina e da região do estreito de Malaca. Desde o X Congresso do PCC, ainda presidido por Chu-En-Lai, que a China passou a perceber a URSS como sua principal ameaça, sentimento esse que tem vindo a ser acentuado pela utilização por parte dos soviéticos de bases militares na Coreia do Norte e no Vietname, e pelas constantes deambulações das suas forças navais e dos seus aviões pelo mar da China. Por isso, não surpreenderá que possa ser considerado de interesse para a China tudo o que contrarie a liberdade de acção estratégica da URSS, como sejam os EUA, a NATO e a CEE. É conhecida a grande aspiração da China de se tornar

numa potência moderna até ao final do presente século, o que implica consolidação da frente interna e desenvolvimento acelerado, sem o que não poderá adquirir capacidade para projectar influência adequada à sua grandeza, o que, diga-se de passagem, terá de ser feito principalmente através da sua única fronteira desimpedida, a marítima. Por isso, tal como ao Japão, interessar-lhe-á sobretudo estabilidade mundial e regional, e o controlo dos oceanos que os EUA e seus aliados marítimos tenderão a preservar, e a URSS a alterar. É já bem conhecida a criação de catorze zonas especiais de desenvolvimento no litoral da China (na linha das Zonas Industriais Portuárias — ZIP — que produziram o surto de progresso dos Novos Países Industrializados asiáticos), autênticas portas abertas à tecnologia, ao investimento e às práticas de gestão económica ocidentais, bem como a aspiração de reabsorção da Formosa e a política de desenvolvimento de poder marítimo. Quanto a esta, a China é já a quinta potência pesqueira mundial, a sua Marinha de Comércio já cobre uns 70 por cento das necessidades de transportes marítimos do país, já chegou a ser admitida a hipótese de a própria Marinha de Guerra poder vir a dispor de cinco navios porta-aeronaves de descolagem e aterragem vertical ou curta, do tipo que os ingleses usaram na crise das Falkland de 1982.

A INDONÉSIA, A AUSTRÁLIA E A NOVA ZELÂNDIA

A grande preocupação da Indonésia será naturalmente a vulnerabilidade representada pela descontinuidade territorial que é própria da sua condição arquipelágica, a qual, associada à importância da sua localização relativa a rotas marítimas de grande interesse para poderosos países, tende naturalmente a tornar o país num alvo de atenções de potências de pendor expansionista. Os interesses indonésios tenderão assim também a coincidir mais com os do Mundo Marítimo ocidental que visa a contenção da Potência Continental no seu «habitat» geográfico e que procura a preservação do controlo dos oceanos e da estabilidade regional e mundial que favorece o desenvolvimento económico e a paz social.

A Austrália é uma ilha-continente com evidente interesse geoestratégico que uma baixa densidade populacional, com conseqüente repercus-

são em insuficiências no domínio da defesa militar, torna num possível objectivo último duma eventual estratégia revolucionária no enorme conjunto de ilhas e ilhotas vizinhas, cujo prenúncio pode ser o já acontecido na Nova Caledónia e na Nova Guiné. Por isso parece natural que os Australianos propendam também a ter interesse num alinhamento geopolítico com o Ocidente Marítimo, nomeadamente através da supracitada aliança ANZUS, cujo funcionamento se esforçam por manter, tentando colmatar a referida «rebeldia» do Governo actual da Nova Zelândia.

POTÊNCIAS POLIOCEÂNICAS E MONOCEÂNICAS

Uma das perspectivas que tem sido aventada pelos estudiosos da situação mundial é a de se estar caminhando no sentido da evolução dum mundo bipolar para um mundo multipolar, por força do desenvolvimento da Europa, da China e do Japão. Mas a verdade é que tudo parece inclinar-se mais para um escalonamento das maiores potências mundiais em dois níveis, o das superpotências e o das grandes potências, uma vez que só apenas os EUA e a URSS têm acesso mais directo aos dois oceanos cujo controlo é decisivo para a disputa da hegemonia mundial — o Atlântico e o Pacífico — e ainda a um Árctico que tende a funcionar como tabuleiro privado do jogo de xadrez submarino da dissuasão e da retaliação nuclear. Simultaneamente, o crescimento do poderio aeronaval, o desenvolvimento científico-tecnológico, e a crescente capacidade para a utilização do Espaço, estão também contribuindo para aumentar a distância das potências multiocéânicas às outras. Quanto ao nível das grandes potências monoocéânicas, nele se inscrevem a China, o Japão, a Europa Ocidental e ainda outros países com grande potencial estratégico como o Brasil e a União Indiana. De notar que qualquer destas grandes potências pode ainda aspirar a um maior potencial estratégico através de acesso ao oceano Antártico pela via da participação na exploração da potencialmente rica Antártida. De notar que a Argentina parece ter possibilidades muito especiais, dada a sua condição bioceânica, o que explica em boa parte o seu interesse pelo acordo com o Chile sobre as ligações entre o Atlântico e o Pacífico, e a persistência da sua reivindicação da soberania sobre as ilhas Malvinas como grande objectivo nacional. De notar ainda a condição sul-atlântica e também

norte do Brasil, e a sua posição central quanto ao conjunto dos Países de Língua Portuguesa espalhados pelas duas metades atlânticas, e bem assim a posição de todos quanto ao estratégico estrangulamento Natal-Dakar, factores que podem vir a ser importantes para o potencial estratégico daquele grande país e daquele conjunto.

A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO NORTE PARA O EQUILÍBRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

A análise do futuro do oceano Pacífico na geopolítica mundial pode ter efectiva validade e interesse através do prisma da tensão Leste-Oeste, ou seja, do clássico conflito entre a Potência Marítima e a Potência Continental. Até porque, sendo as superpotências os mais importantes países do Pacífico, elas próprias tenderão a considerar este oceano como um dos palcos daquele conflito global.

A bacia do Pacífico é sede de grandes e de pequenos países periféricos asiáticos, todos precisando, sobretudo, de estabilidade e de segurança a nível regional e mundial para poderem continuar na senda do desenvolvimento do seu poder e do aumento da sua autonomia. E crê-se que estarão mais ou menos conscientes que tal estabilidade e tal segurança lhes poderão ser mais naturalmente proporcionadas pelo Mundo Marítimo liderado pelos EUA que delas também precisa para poder ter livre acesso pelos mares a fontes de aprovisionamento vital de hidrocarbonetos e de minerais estratégicos, e poderão ser perturbadas por uma Potência Continental que tenderá, como tem sido seu costume noutras paragens, a tirar partido do que enfraquece e do que divide os países da bacia do Pacífico, para expandir a sua influência. Realmente, num Pacífico onde coabitam raças, ideologias, sistemas, interesses e objectivos tão distintos, haverá de momento mais coisas que possam dividir do que unir os países seus ribeirinhos, apesar de começar a emergir um certo sentido de «comunidade pacífica». De notar ainda a tendência crescente para ali ocorrerem manifestações de índole autonomista e nacionalista, e também de fundamentalismo islâmico. Neste contexto assumem particular interesse os graves problemas internos das Filipinas que, associados ao valor geoestratégico do país, e ao facto de os EUA ali disporem de bases militares que facilitam a projecção do seu poder aéreo e naval para a região, o

tornam num apetecido alvo de oportunidade. Também a Península da Indochina, onde confluem interesses de segurança do Vietname, das superpotências, da China e da Indonésia, constitui um foco latente de instabilidade. Por último, poderá acontecer que os acontecimentos da Nova Caledónia não sejam realmente os últimos do género no vasto mundo insular do Pacífico.

Parece haver assim razões suficientemente fortes para que países asiáticos importantes do Pacífico, como a China e o Japão, tendam a ver nos tempos mais próximos como sendo do seu próprio interesse estratégico a Potência Marítima, ou seja, a Aliança Atlântica liderada pelos EUA. E isto porque a coesão euro-americana, a resistência à penetração da URSS no Médio Oriente e na África, e a preocupação em manter suficiente controlo dos oceanos, contribuem para dispersar o poder da Potência Continental e, por conseguinte, para o manter em nível suportável no oceano Pacífico. Haverá também razões para crer que os países europeus ocidentais, mesmo os de sensibilidade mais continental, ou cujos objectivos nacionais não são inteiramente coincidentes com os dos seus aliados mais marítimos, também assim o compreendam. Quanto a um possível eixo China-Europa Ocidental (que poderá decorrer da consciência de que estas duas grandes regiões são o principal do que falta à URSS para poder exercer hegemonia completa no continente Euro-Asiático) e que poderia inclusivamente aumentar as resistências de ambas a tal hegemonia, e também a sua autonomia relativamente aos EUA, não interessa provalvemente à China que vá tão longe que possa provocar uma crise na coesão euro-americana. É que, desse modo, resultaria facilitado o aumento do poderio soviético na Ásia e no Pacífico. Por outro lado, a aspiração geopolítica europeia que teve a sua primeira expressão teórica na «Pan-Região Europa-África» da escola alemã de pensamento geopolítico, e que recentemente foi designada por sectores franceses de «Projecto Euro-África», pelo qual os seus actuais adeptos pensarão ser possível conseguir-se aquisição de poder que possa levar à equidistância às duas superpotências, poderia concorrer para a estratégia divisiva do Ocidente que é do interesse da URSS. De qualquer modo, teria de passar pelo Mediterrâneo e pelo Médio Oriente, e acabar na África Austral, podendo ainda ser tomado por um processo neocolonista quanto à África Negra. Tratando-se de regiões de cujo controlo as superpotências são muito ciosas, conforme se tem verificado, e tendo em atenção o ressurgimento

islâmico no Norte de África e até em regiões da África Negra, o qual tem apresentado forte animosidade antiocidental, parecerão reduzidas as probabilidades do êxito de tal projecto.

A ser assim, parece natural — pelo menos enquanto a URSS continuar a ser geralmente percebida no Mundo Marítimo, nomeadamente na Europa e na bacia do Pacífico, como a maior ameaça ao equilíbrio geopolítico, à estabilidade, ao desenvolvimento e à paz mundial — que o Atlântico Norte continue a dever merecer a primazia das preocupações de segurança dos EUA, ou que, no máximo, Atlântico e Pacífico sejam vistos pelos estrategistas da ilha central da América do Norte como de igual importância geopolítica para a sua própria segurança. E há razões para assim pensar pois, sempre que os teóricos realmente influentes na formulação do pensamento estratégico norte-americano se pronunciam sobre a questão, invariavelmente reconhecem a importância primordial da Aliança Atlântica e da Europa Ocidental para o equilíbrio geopolítico mundial e para a sua própria segurança.

CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL

O território euro-atlântico quase-arquipelágico (ou para-arquipelágico) de Portugal, projectado para o meio do Atlântico Norte, proporciona uma parte, das mais valiosas, do suporte geográfico para a integração do potencial estratégico da comunidade de segurança euro-americana, funcionando como «componente atlântica da defesa da Europa Ocidental». Porque é assim, ao Portugal membro da Aliança Atlântica pode ser reconhecido, do Atlântico ao Pacífico, um importante contributo para o equilíbrio geopolítico mundial e para a situação de não guerra directa que tem sido preservada entre os dois blocos em que o mundo tem estado dividido, e de que também beneficiam os que, por isso, se podem reclamar de neutrais ou não alinhados. Por outro lado, haverá que recordar terem sido navegadores portugueses que descobriram a intercomunicabilidade oceânica que permitiu o aparecimento da figura geopolítica Potência Marítima — que Portugal assumiu primeiro que todos pela mão do genial estrategista Afonso de Albuquerque — criando a possibilidade de projecção de poder militar a paragens até então impossíveis. Por tudo isto, Portugal

é desde há vários séculos bem conhecido no oceano Pacífico, onde foi o primeiro país europeu a aparecer.

Portugal e os países asiáticos que hoje estão estrategicamente interessados no Mundo Marítimo têm assim importantes interesses em comum. Aqueles países asiáticos, particularmente aos industrializados, interessa-lhes, sobretudo, como se referiu, a paz e a estabilidade para as quais a participação de Portugal na Aliança Atlântica muito contribui. Interessa-lhes ainda certamente que o Portugal que arrisca algo da sua individualidade, não apenas na NATO, como principalmente na Península Ibérica ao caminhar para uma Europa de que precisa para fins de desenvolvimento que lhe é indispensável à preservação da mesma individualidade, a não dilua. É isto porque se inclui nos países europeus que maiores garantias dão de manter inalterável a sua histórica propensão geopolítica marítima, por necessidade vital de coesão interterritorial. Portugal poderá ainda interessar-lhes como ponte para o importante mercado europeu através de «joint-ventures» mutuamente interessantes, quiçá com base na frutuosa experiência asiática das Zonas Industriais Portuárias.

*
* *
*

Em conclusão, será de esperar que o «determinismo geográfico» que levou um dia os Portugueses a lançarem as sementes do Mundo Marítimo que ainda hoje se mantém de pé por interesse mútuo de segurança, desenvolvimento e de filosofia de vida, continue a reflectir-se em algum benefício para a Humanidade, e também para Portugal. Para isso, é mister que os próprios Portugueses — que cada vez estão aprendendo menos nas suas Escolas, na sua Comunicação Social, e no discurso político dos seus responsáveis o racional geopolítico da fascinante História de sobrevivência da sua individualidade que é fruto de inteligência e de vontade raras — sejam os primeiros a reconhecer que a coesão da comunidade estratégica de segurança que associa a Europa Ocidental à América do Norte, além de servir a paz mundial, serve o interesse nacional, que é vital, da coesão do descontínuo território nacional. E que reconheçam sobretudo que um país como Portugal, pequeno, descontínuo e internacionalizado por força da sua localização no cruzamento de

importantes interesses alheios, precisa sobretudo de manter grande competitividade. E que esta passa necessariamente por desenvolvimento científico-tecnológico e por uma coerência e firmeza de pensamento geopolítico que não pode enterter-se com iberismos, mediterranismos e euro-africanismos neocolonialistas que diluem e desfocam a sua personalidade euro-atlântica e universalista.

Virgílio de Carvalho

Julho de 1985.